

Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem. ST 16
William Siqueira Peres
UNESP/Assis/SPⁱ
Palavras-chave: Travesti, Estigma, Cidadania.

Subjetividades das Travestis Brasileiras: Interfaces entre estigmas e construção da cidadania.

Como contribuição aos estudos sobre o universo travesti brasileiro e suas relações com o contexto sócio-histórico contemporâneo, organizamos uma tese de doutorado pautada por histórias de vida de travestis militantes, engajadas nas lutas reivindicatórias de emancipação social e política, de enfrentamento aos estigmas e de denúncias da violação de direitos sexuais e humanos que incansavelmente negociam com a sociedade civil e governos estaduais, municipais e federal, a criação, manutenção e incentivo de políticas públicas de inclusão e empoderamento dessa comunidade.

Nossos estudos se orientam por um percurso que se iniciou há alguns anos atrás, quando fomos convidados para coordenar oficinas de prevenção das dsts/hiv/aids junto a um grupo de travestis, na cidade de Londrina/Pr. Essa primeira oficina foi disparadora de uma série de oficinas que se perpetuam até os dias atuais, orientadas a partir de temáticas propositivas das próprias travestis, culminando em um plano básico orientado pela defesa dos direitos humanos e promoção da cidadania.

A partir dessas experiências, relatadas por Peres (2004), pudemos participar dos encontros nacionais intitulado ENTLAIDS - Encontro Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros que Atuam na Prevenção da AIDS, que se encontra na sua XIII edição.

Os ENTLAIDS tiveram início em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de uma travesti chamada Jovanna Baby, tendo como ponto de partida o enfrentamento à pandemia da AIDS, de modo a construir respostas das travestis brasileiras à prevenção do hiv/aids. Uma cartografia sobre os territórios existências das travestis viria a confirmar uma maior intensidade presente na terceira epidemia, denominada por Jonathan Mann (1993) como sendo a epidemia dos preconceitos, e que se tornaria um dos componentes de maior vulnerabilidade frente aos riscos de infecção e re-infecção do hiv/aids, assim como de fomento à diversos processos de estigmatização.

Nosso primeiro contato com os ENTLAIDS se deu quando de sua sétima edição, em 1999, na cidade de Fortaleza/Ce. Neste encontro tivemos a oportunidade de conhecer realidades até então jamais imaginada e de dar início à construção de amizades com travestis de diversas localidades do país, adquirindo a noção sobre a existência de muitos brasis dentro do Brasil.

Através das novas amizades e da identificação estabelecida com essas pessoas, fomos produzindo vínculos de respeito, admiração e cumplicidades que nos levaram a eleger as travestis militantes como objeto de pesquisa de doutorado, porém, com a difícil incumbência de selecionar a questão a ser

investigada dentro de um universo ainda pouco explorado pela academia, o que evidencia uma infinidade de questões que solicitam estudos mais aprofundados. Urge a necessidade de uma agenda de pesquisas mais compromissadas de estudos dessa comunidade que ainda é muito negligenciada pelas políticas públicas de inclusão e empoderamento, deixando-as à deriva de todas as formas de estigmas, discriminações e violências pelas quais são vulnerabilizadas.

Neste sentido, priorizamos em nosso estudo um mapeamento dos processos de estigmatização vividos pelas travestis brasileiras, de modo a cartografar as estratégias de emancipação social e política para a construção da cidadania dessa comunidade.

De um total de dezessete entrevistas em profundidade, selecionamos quatro histórias de vida que nos permitiram realizar cartografias dos processos desejanter presentes em suas escolhas sexuais, afetivas, amorosas e políticas frente um mundo marcado tão intensamente pelas premissas da heteronormatividade e da crueldade da homofobia/transfobia.

Nosso percurso metodológico se orientou pela etnografia, realizando observações etnográficas junto aos espaços existências das travestis, visitando suas casas, conhecendo suas famílias (quando possível), vivenciando suas relações com a vizinhança, conhecendo e participando de atividades das ONGS nas quais as mesmas eram voluntárias ou dirigentes, observando os “pontos de batalhas” pelas quais algumas ainda precisam se prostituir para sobreviver. De modo complementar, realizamos diversas entrevistas em profundidade que contribuiriam para a construção das cartografias existenciais.

Logo nos primeiros contatos com o universo existencial das travestis, as primeiras impressões mostravam uma realidade aparente de alegria, beleza e glamour. Na medida em que fomos nos aproximando de suas vidas entramos no universo de suas intimidades e percebemos que a vida dessas pessoas não se pautava apenas pelo glamour; por trás das primeiras impressões, foi sendo mostrado um universo complexo de estigmatização, vividos nas mais diversas relações que as travestis estabeleciam com as pessoas, com o mundo e consigo mesma.

A partir da convivência com essa comunidade fomos entrando em contato com violências, desigualdades e exclusões sociais de toda ordem, demarcadas através de uma organização temporal, organizada por si mesma, através da seqüência da própria vida, orientada pelos ciclos vitais: a infância, a adolescência e a adultez.

As cartografias existenciais foram mostrando nuances pouco percebidas a olho nu, trazendo dados a respeito da organização dos desejos das travestis, que fizeram escolhas diferentes daquelas propostas pelas normas e instituições disciplinares impostas pela heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003), construindo outros corpos, outras posições de gêneros e outros modos de buscar a felicidade. Por esse motivo, foi preciso construir estratégias de enfrentamento do poder, através do que FOUCAULT (2003) chamou “encontro com o poder”, clarificando que

“O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o ENCONTRO COM O PODER: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais alí para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se Ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele Ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgadas e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com freqüência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder”. (FOUCAULT: 207/208)

Dessas experiências de enfrentamentos vividos pelas travestis quando da afirmação do desejo de transformarem seus corpos e a si mesmas, é possível perceber as práticas que forjam a construção de dispositivos coletivos e de culturas de resistências (CASTELLS, 1999; PARKER, 2002). Como consequência desse contra poder, é possível evidenciar a expressão da singularidade e da criação de novas expressões contemporâneas, no sentido de promover aquilo que ORTEGA (1999) afirma ser uma *“estilística da existência”*.

Ao nos aproximarmos de suas histórias de vida foi possível perceber que as informações que nos davam, não diziam simplesmente de suas vidas particulares, mas de um contexto maior, falando das experiências vividas por um coletivo, que tende a se fortalecer através de lutas de enfrentamentos ao poder instituído, questionando-o e reivindicando outros modos de convivência social e cultural.

Seguindo as informações das cartografias, podemos perceber uma tendência na formação de resistências, muito precoces na vida das travestis, que desde crianças afirmam os seus desejos de construir suas vidas de forma singular, não medindo consequências para a realização de seus sonhos e desejos. Logo na infância manifestam os desejos de se transformarem, questionando a norma estabelecida do que deveria ser da ordem do masculino e do feminino, do certo e do errado. As primeiras resistências são expressas pelas escolhas de suas roupas, dos adereços e dos modos de expressar sua singularidade, ainda que de forma ingênua e inocente. Nossas cartografias mostram a confusão em quererem ser elas mesmas e as negativas de aceitação por parte de seus familiares e amigos, que reprimem a expressão genuína de seus desejos, impondo modelos de como se comportarem socialmente.

As cartografias existenciais de nosso trabalho sugerem que os processos de estigmatização têm início logo nas primeiras relações da infância, quando surgem as primeiras manifestações de resistências, evidenciando o caráter político que pulsa nas expressões de seus desejos e projetos de vida. A estigmatização estabelecida pelas relações familiares dispara as primeiras ações de discriminação e violência, mesmo antes de se tornarem travestis, quando da manifestação de suas homossexualidades, que controlam a expressão de suas singularidades, através da discriminação e da exclusão.

Em todas as histórias de vida encontramos cenas de estigmatização, discriminação e violências vividas na infância/família, que contribuíram para o enfraquecimento da auto estima e a anulação da crença no direito a ter direitos. Neste sentido, as cenas revelam situações que vão desde ofensas verbais,

chacotas e ridicularização, chegando às vias da violência física e dos castigos seguidos de morte. Quando a homossexualidade se torna visível, logo na infância, algumas famílias enviam seus filhos para a casa de parentes distantes, para escolas internas, ou ainda, os expulsam de casa. Sem ter para onde ir, com alguma sorte se instalam em casas de pessoas que os acolham por identificação de pertença (repúblicas e pensões de cafetinagem), ou ainda, por instituições de assistência social.

Seguindo as exclusões familiares, novas opressões são experienciadas pelas travestis nas relações com a comunidade, com a escola, com os serviços de saúde e outros seguimentos sociais. Mesmo com as dificuldades de serem aceitas pela sociedade, insistem na efetuação de seus sonhos, buscando cumplicidades com seus pares, dada à percepção de que, no início de tudo, só podem contar com elas mesmas. Na medida que vão encontrando interlocutores vão construindo novas formas de socialização e de composição de suas vidas, criando estilos de vida que promovem novas formas de relações afetivas e sexuais, de posições de gêneros, de criação de existências que se efetuem no mundo. Surgem novas demandas, surgem novas questões.

A constatação de outras pessoas que se assemelham ao seu modo de vida, e suas interações, permitem o estabelecimento de sentimentos de pertença, tendendo à percepção de que já não estão mais sozinhas no mundo, criando cumplicidades e organizando estratégias de afirmação política e coletiva de suas singularidades. É essa lógica da organização social e política que favorecerá a essas pessoas se empoderarem para reivindicar direitos e se emanciparem enquanto cidadãs.

Muitas experiências confidenciais pelas cartografias existenciais mostraram a necessidade das pessoas, que querem se tornar travestis, de criarem estratégias que possam contribuir para a afirmação de seus desejos e escolhas de vida, tendo muitas vezes que fugirem do ambiente familiar, batalhar por novos espaços existenciais e por informações de como realizar seus sonhos de transformação do corpo e de si mesmas.

Na relação que estabelecem com a escola, as cartografias sugerem a presença de discriminações que são experimentadas nas relações com os colegas, funcionários e professores, os quais, ao invés de problematizar a estigmatização, reificam, na prática, com ações de exclusão. Nos relatos apresentados por nossas colaboradoras, as cenas aparecem como norteadoras dessas ações, culminando em expulsões, ou, em abandono da escola, por não suportarem as intensidades das discriminações e preconceitos que as impedem de serem elas mesmas. Em muitas situações, a escola protege os alunos e alunas tidas como “normais”, ou seja, aqueles que expressam orientação heterossexual e identidade de gênero compatível com o sexo biológico, e punem ou expulsam os alunos e alunas que ousam expressar outros matizes de seus desejos.

Na adolescência, aparecem tendências de outras discriminações, estabelecidas pelas cobranças de gêneros para que tenham namoradas, ou ainda, para que participem dos clubes dos garotos que realizam

atividades masculinas. A estigmatização vai sendo vivida como um processo que vai se intensificando, que aumentam de acordo com as relações que são construídas nas diversas esferas sociais.

O modo como são cobradas as posições de gêneros se apresentam de modo naturalizado, o que contribui para que as pessoas com desejos de se transformarem em travestis sejam atravessadas por sentimentos intensos de culpa e de desvalorização de si mesmas, passando a acreditar que se encontram em situações erráticas e por isso não seriam pessoas com direitos a ter direitos.

Através das cartografias existenciais construídas em nosso trabalho, a saída de casa surge como alternativa para que as pessoas possam buscar um lugar mais tranqüilo para expressarem seus desejos. Na relação com outras travestis se informam a respeito do que precisam para tornar-se travestis, de como transformar o corpo através da ingestão de hormônios ou de aplicação de silicone, bem como a aquisição de acessórios de feminilização (perucas, roupas, sapatos) reafirmando o desejo de transformação, criando redes de trans-socialização que efetivam os devires em ação.

No processo de construção da estética imagética travesti vão vivendo novos modos de estigmatização, que em complementação a estigmatização por classe social, raça/etnia e de gêneros (AGGLETON & PARKER, 2001), se confrontam com a ausência de políticas públicas afirmativas para a cidadania, de modo a terem acesso e condições inclusivas para que possam estudar, trabalhar e frequentar espaços sociais, que seriam comuns a todos os cidadãos. Vivenciam dificuldades em serem aceitas como pessoas que solicitam serem chamadas pelo feminino, dadas as suas caracterizações estéticas, em situações de atendimento à saúde, na educação e na segurança pública. Sobre esse particular, conforme apontam as cartografias, ocorrem negligências e descasos por parte dos órgãos públicos, que têm como ponto nevrálgico a negativa de poderem constar em seus documentos fotos em que elas apareçam como travestis: nos relatos de nossas colaboradoras, é constante a referência à humilhação de ter que apresentar seus documentos com fotos masculinas. Estas reclamações se juntam a muitas outras queixas que são apresentadas nos encontros nacionais das travestis brasileiras, que a partir de 1993, começaram a ser organizados pelas travestis militantes.

As reivindicações gerais da comunidade travesti brasileira estão agrupadas na chamada *Carta de Porto Alegre*, organizada por ocasião do X ENTLAIDS – Encontro Nacional de Transgêneros que atuam com AIDS, em junho de 2003, presente em livro organizado por BOER. (2004).

Desde o I ENTLAIDS (1993) até a edição atual XIII ENTLAIDS (2006), percebeu-se que para além da luta contra a AIDS, torna-se necessária à organização de grupos de travestis em todas as cidades brasileiras, em parcerias com outros grupos excluídos e marginalizados, mesmo porque, existem travestis pobres, negras, deficientes, portadoras de HIV e vivendo com AIDS, que são atravessadas pelas malhas das desigualdades sociais, presentes em todo o território brasileiro.

Por se tratar de cartografias existenciais de travestis militantes, as histórias estudadas revelam a existência de práticas de mobilização social e política, que cada vez mais se inserem nas lutas coletivas de

transformação da sociedade, percebendo que as construções sociais da identidade são sempre marcadas por relações de poder.

Dialogando com CASTELLS (1999) fica evidente que as lutas travadas pelas travestis mostram como se dá a passagem de uma identidade legitimadora “*introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais*”, sobre as práticas de militância política realizada pelos atores sociais que se encontram estigmatizadas pela lógica da dominação, mobilizando-se para uma identidade de projeto, “*quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social*” (CASTELLS, 1999:24).

Para a efetuação da transformação social faz-se necessário o abandono de todas as trincheiras de normatização da identidade e de toda estrutura de produção, sobre a qual a sociedade atual se mostra organizada, dando início à escrita de uma nova história, em que as travestis tornem se sujeitas da cidadania.

Após mais de uma década de organização social e política das travestis brasileiras, podemos perceber alguns sinais de mudanças nas relações que as travestis vem estabelecendo com a sociedade, na medida em que podemos notar a presença de representações políticas das travestis em diversos órgãos públicos, tais como as comissões municipais e estaduais de saúde, da promoção social, da cultura e da segurança pública, assim como acento representativo junto ao Conselho Nacional Contra a Discriminação (CNDC).

Muitas reivindicações vêm sendo feitas e direcionadas para os mais diversos setores governamentais e da sociedade civil, porém, com pouca ressonância de respostas às reais necessidades dessa comunidade, confirmando críticas apresentadas nas cartografias, sugerindo que para além de planos e metas, é preciso vontade política e determinação de ações que garantam direitos mínimos de qualidade de vida e de dignidade a essas pessoas.

As cartografias existenciais construídas para esse estudo sugerem que a maioria das mudanças sociais produzidas pela militância das travestis ativistas vem sendo estabelecidas através das relações interpessoais que elas estabelecem com as pessoas em seus entornos, as quais, ao se aproximarem de suas realidades, conseguem mudar seus conceitos com relação às travestis, construindo sentimentos de solidariedade, nos moldes como é definido por COSTA (1994), ao apontar que “*a solidariedade é empregada (...) como sinônimo de fraternidade. Como equivalente ao princípio moral que recomenda respeito ao próximo. É o sentido tradicionalmente associado à liberdade e à igualdade, e que forma o tripé de nossa moderna ética política*”. Através da construção desse sentimento de solidariedade novos diálogos são criados frente ao modo de vida travesti, na medida em que alguns familiares, amigos e pessoas ligadas às esferas da educação, da saúde e outros setores sociais, passam a respeitar esses modos

de existência. Trata-se de uma revolução molecular em curso que redefinirá novos modos de produção da subjetividade contemporânea. (GUATTARI, 1985)

Neste sentido, as cartografias mostram ainda, que a ignorância das pessoas, tenderia a contribuir para a formação dos preconceitos e discriminações contra as travestis, e que, na medida que se permitem aproximações com essa comunidade passam a estabelecer maior valorização e amizade com essas pessoas. Assim, podemos perceber mudanças nas relações familiares e comunitárias com as travestis, mesmo que se dêem de forma interesseira devido a ganhos econômicos que contribuem com as contas domésticas ou de acesso a outros bens e serviços. Podemos, através das cartografias existenciais apresentadas, perceber que as mudanças nessas relações ainda são ínfimas, mas de forma bastante entusiasta e positiva, nos atrevermos a acreditar que elas estão em processo, e isto tem a ver com a ousadia dessa comunidade em insistir em suas lutas de efetivação de seus desejos e de reivindicações por mais direitos e participação nas decisões da sociedade, rumo à construção da cidadania.

Frente às cartografias construídas, acreditamos que a academia neste momento tem pouco para oferecer às travestis brasileiras, e que são elas que podem oferecer algo para a academia.

Parafrazeando Simone de Beauvoir, “*não se nasce travesti, torna-se travesti*”.

REFERÊNCIAS

- AGGLETON, P. & PARKER, R. – Estigma, Discriminação e AIDS. RJ, Coleção ABIA, 2001.
- BOER, A; GOMES, J.J.; TERTO JR, V. & ZAMBRANO, E. (orgs) – A Batalha pela Igualdade: Prostituição de Travestis em Porto Alegre. Porto Alegre, Igualdade, 2004.
- BUTLER, J. – Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, M. – O Poder da Identidade. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- COSTA, J.F. – Prefácio. In: PARKER, R. – A Construção da Solidariedade: AIDS, Sexualidade e Política no Brasil. Rio de Janeiro, ABIA/IMS-UERJ/Relume-Dumará, 1994.
- FOUCAULT, M. – A Vida dos Homens Infames. In: ____ , Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003.
- GUATTARI, F. – Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- MANN, J.; NETTER, T. W. & TARANTOLA, D. J. M. – A AIDS no Mundo. Rio de Janeiro, ABIA/IMS-UERJ/Relume-Dumará, 1993.
- ORTEGA, F. Amizade e Estilística da Existência em Foucault. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- PARKER, R. – Abaixo do Equador: Cultura do Desejo, Homossexualidade Masculina e Comunidade Gay no Brasil. Rio de Janeiro, Record, 2002.

PERES, W.S. – Travestis: Subjetividades em Construção Permanente. In: PARKER, R.; RIOS, L. F. & UZIEL, A P. (Orgs) – Construções da Sexualidade: Gênero, Identidade e Comportamento em Tempos de AIDS. Rio de Janeiro, Pallas, 2004.

ⁱ Professor Assistente Doutor do Depto de Psicologia Clínica da FCL/UNESP-Assis/Sp.
E-mail: wiliam_siqueira@uol.com.br